



ENCICLOPÉDIA
MULHERES NA FILOSOFIA



Blogs Unicamp

Gertrude Elizabeth Margaret Anscombe

Beatriz Sorrentino Marques

Edição eletrônica

URL:

ISSN: 2526-6187

Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 7, N. 4, 2023, pp. 1-15.

Gertrude Elizabeth Margaret Anscombe

(1919 - 2001)

por Beatriz Sorrentino Marques,
professora da Universidade Federal de Mato Grosso - [Lattes](#)

Este verbete visa apresentar um breve *recorte* da vida e obra de Gertrude Elizabeth Margaret Anscombe. Ela nasceu em 18 de março de 1919, Limerick, Irlanda, numa família anglicana e de classe média, e faleceu em 5 de janeiro de 2001, em Cambridge, Inglaterra. Anscombe frequentou a escola Sydenham School e depois estudou na Universidade de Oxford. No final da graduação, casou-se com o também filósofo Peter Geach, com quem teria sete filhos, mas sempre preferiu ser chamada pelo próprio sobrenome. Ela lecionou na sua *alma mater* até assumir a cadeira de Wittgenstein, seu professor e amigo, na Universidade de Cambridge, em 1970.

A filósofa escreveu *Modern Moral Philosophy* [Filosofia Moral Moderna] (1958), que trouxe a Ética das Virtudes aristotélica de volta para as discussões da ética contemporânea, *The First Person* ([1975]1981) e *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus* (1959). Além disso, o seu livro *Intenção* (1957b) criou a área da filosofia da ação como disciplina acadêmica contemporânea. As questões tratadas nele ditam a agenda dessa área até hoje. Contudo, os interesses de Anscombe em filosofia eram amplos. Ela escreveu artigos muito citados e proferiu palestras sobre temas desde a causação, a percepção e a primeira pessoa até questões sobre religião, dignidade humana, aborto e eutanásia. A maioria pode ser encontrada em coleções de ensaio como *From Parmenides to Wittgenstein, Human Life, Action, and Ethics: Essays by G. E. M. Anscombe* e outras coleções organizadas por Mary Geach e Luke Gormally.

Infância, família e contexto

Elizabeth Anscombe teve, de modo geral, uma infância comum, com dois irmãos, eles gêmeos, e o pai professor de escola (Lipscomb, 2022, p. 51). A exceção à norma era personificada em sua mãe, Gertrude Anscombe (née Thomas), que era progressista para a época em termos de educação formal para as mulheres. Ela havia frequentado a universidade, embora tenha sido em um período em que as mulheres não podiam receber um diploma de graduação. Além disso, foi professora e diretora de uma escola antes de se casar (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 25-26).

Quando criança, Gertrude Thomas (mãe de Elizabeth Anscombe) teve uma educação pouco usual para uma menina. Cumhaill e Wiseman relatam que quando ela era pequena, a família desistiu de ter governantas por não poder protegê-las das insistentes “atenções” (2022, p. 25) do tio das crianças. A família precisou optar por um arranjo pouco ortodoxo, em que o tutor homem ensinava tanto aos garotos como a Gertrude Thomas as mesmas matérias, o que resultou no domínio pouco usual da menina de grego e de latim, algo raro na educação das mulheres (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 26).

Essa era uma distinção marcante a respeito da educação de meninos e meninas naquela época. Os primeiros aprendiam as línguas mortas, exigidas para o acesso a cursos concorridos nas grandes universidades, como Cambridge e Oxford, enquanto que as últimas aprendiam francês e, quando tinham idade para ir à escola, estudavam também história e literatura. Isso contribuía para afastar as mulheres dos cursos mais prestigiosos. Como lembra Lipscomb (2022, p. 28), esse é um exemplo de *controle de acesso* [gatekeeping] em que o acesso não é proibido, mas as condições para de fato acessar os cursos, embora pareçam razoáveis, em conjunto com a realidade social, tornam quase impossível para as mulheres fazê-lo.

O grande objetivo da preparação dos jovens rapazes que tinham condições financeiras de ir para a universidade era justamente ingressar nas instituições inglesas de excelência, em especial num curso como *Honour Moderations and Literae Humaniores* (Letras Clássicas), conhecido simplesmente como *Greats*, ou *Mods and Greats* (Lipscomb, 2022, p. 28). O curso abordava clássicos e humanidades e preparava para profissões de grande notoriedade no serviço público, política e diplomacia, bem como outras ocupações importantes (Lipscomb, 2022, pp. 28-29). Quando ingressou na Universidade de Oxford em 1937, na faculdade de St. Hugh, Elizabeth Anscombe pôde trilhar esse prestigioso caminho acadêmico pois Gertrude Anscombe (née Thomas), sua mãe, havia ensinado as línguas mortas aos seus filhos e também à sua filha, e insistiu que ela continuasse estudando grego quando estava na escola Sydenham School (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 26).

Lipscomb relata que aos doze anos Elizabeth Anscombe se interessou pelas histórias de mártires católicos. A religião católica passou a ser um aspecto importante de sua vida e, posteriormente, de muitas de suas reflexões filosóficas. É importante notar que ainda havia considerável preconceito aberto contra católicos na Inglaterra antes dos anos cinquenta. Mesmo assim, a menina leu diversos livros sobre o tema e se aproximou do catolicismo e da ideia da conversão (Lipscombe, 2022, p. 50). Seus pais se opuseram fortemente, mas tinham dificuldade para argumentar com a filha adolescente que já era rápida e sagaz (Lipscombe, 2022, p. 51). Elizabeth Anscombe é comumente descrita como uma grande presença

intelectual (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 218) e parece tê-lo sido desde muito jovem. Quando foi para Oxford, ela finalmente se converteu, apesar da ameaça dos pais de que não pagariam por seus estudos se ela o fizesse, algo que sua mãe jamais cumpriria (Lipscombe, 2022, pp. 52-3). Anscombe (doravante usarei apenas Anscombe para me referir a Elizabeth Anscombe) seguiu na universidade até se formar em *Greats*, que exigia domínio do grego e do latim.

Embora as Universidades de Oxford e de Cambridge sejam universidades medievais (a de Oxford tem quase mil anos), Cambridge só passou a emitir diplomas para mulheres em 1948, enquanto que Oxford “já” o fazia em 1920 (Lipscombe, 2022, p. 24). Isso não significa que antes disso as mulheres estivessem totalmente proibidas de frequentar a universidade, contudo, não recebiam o diploma e poucas frequentavam afinal, pois havia uma série de restrições, muitas sociais. Quando passaram a receber o diploma, Lipscomb explica que havia limites. Por receio da *feminização* da universidade, em Oxford foi imposta a regra de que as estudantes poderiam totalizar apenas um quarto do total de estudantes.

Com o início da Segunda Guerra, contudo, a demografia da universidade sofreu uma enorme alteração, já que muitos homens foram enviados para a guerra ou para os esforços de guerra, inclusive muitos professores (Lipscombe, 2022, p. 38). As mulheres, ao contrário, eram encorajadas a terminarem suas graduações. Com os homens ausentes, era preciso que elas tomassem seus lugares no serviço público, trabalhos administrativos e planejamento relacionado à vida civil e aos suprimentos (Lipscombe, 2022, p. 39). Em Oxford, as mulheres passaram a compor a maioria dos estudantes avançados e se tornaram, finalmente, o foco da atenção dos tutores, até mesmo dos de grande fama acadêmica e que por alguma razão não tinham sido convocados (Lipscombe, 2022, p. 49). Isso deu a elas um acesso à formação de excelência, antes inimaginável.

A jovem filósofa

Em 1941, Anscombe concluiu a graduação no mais alto estrato de notas (*First Class*) e se casou com Peter Geach (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 86-7). Ele foi recrutado para os esforços de guerra pouco tempo depois, enquanto que ela seguiu para a pós-graduação. O casal enfrentava grandes dificuldades financeiras na época. Cumhaill e Wiseman (2022, p. 98) relatam que Anscombe já vinha enfrentando dificuldades após a morte de seu pai, em 1939, até mesmo para terminar a graduação e, embora tivesse uma bolsa Gilchrist, o dinheiro era muito pouco, mesmo somado ao que recebia pelas tutorias que assumiu em Oxford depois de

graduada. Em 1942, lhe foi concedida uma bolsa Sara Smithson para estudar em Cambridge, sem incompatibilidade com a continuação de suas atividades de doutorado em filosofia em Oxford. Grávida da primeira filha, Anscombe passou a fazer o trajeto Oxford-Cambridge (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 99). Em 1944, contudo, ela perdeu a bolsa, voltando à condição de dificuldade.

No ano seguinte, Anscombe frequentou o curso de Ludwig Wittgenstein em Cambridge. A relação que eles desenvolveram teve enorme significado para os dois, pois eles compartilhavam uma atitude similar em relação à filosofia (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 124). A amizade e parceria entre os dois se estabeleceu na filosofia e fora dela. Quando Wittgenstein faleceu, em 1951, ele deixou os direitos de publicação de suas obras aos cuidados de Anscombe e mais dois alunos (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 242). Ficou a cargo dela traduzir para o inglês as *Investigações Filosóficas* (1953). A filósofa manteve as ideias de Wittgenstein vivas em seu próprio trabalho filosófico, contudo, é importante notar que Anscombe não foi apenas uma aluna de Wittgenstein, ela desenvolveu suas próprias ideias, um método original e um estilo próprio.

Outras grandes influências para Anscombe foram suas amigas Philippa Foot, [Iris Murdoch](#) e Mary Midgley. As quatro estudaram na Universidade de Oxford na mesma época. Elas discutiam sobre filosofia regularmente e encontraram afinidades a respeito das questões que as incomodavam e das dificuldades que percebiam nas teorias que tentavam abordá-las. Essas conversas seguiram mesmo depois da graduação (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 186-7; Lipscomb, 2022, pp. 99-100) e alguns dos temas que elas discutiam informalmente aparecem nos trabalhos publicados das filósofas.

Um dos temas de discussão era a visão crítica que elas compartilhavam da filosofia proposta por Alfred J. Ayer em *Language, truth and logic* ([1936]1972) e, posteriormente, por John L. Austin em *How to do things with words* (1962) e da ética de Richard Hare (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 186; Lipscomb, 2022, p. 100). Pouco antes da guerra, Ayer havia trazido para Oxford ideias que ele desenvolveu quando frequentou o Círculo de Viena em 1933. A influência de Viena na Inglaterra já havia começado em Cambridge antes disso. No início dos anos de 1930, a lógica Susan Stebbing se interessou pelo trabalho do círculo de Viena antes de seus colegas homens (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 46). Ela se preocupava com a educação do público em geral e com como as pessoas poderiam estar melhor equipadas pela análise da linguagem para evitar a manipulação por meio da propaganda, por exemplo, de guerra, ou de produtos. A busca pela compreensão do que significa aquilo que é afirmado levou a uma virada metodológica em Cambridge (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 46). Apesar da

reconhecida competência de Stebbing, sua aplicação das ferramentas de Viena foi esquecida e ofuscada pela proposta de Ayer, que concluiu que proposições podem ser formalizadas para que fiquem claras e depois verificadas empiricamente, e aquelas que não puderem ser analisadas dessa forma não teriam sentido (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 48-9).

Consequentemente, tais ideias promoveram também um duro ataque à ética, pois não parecia haver observações capazes de verificar afirmações sobre, por exemplo, um dever moral. As proposições da ética passaram a ser tratadas como sem sentido (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 50). Tal consequência deu início a um subjetivismo moral que tratava julgamentos morais como meras preferências ou expressões de emoções. Esse foi um ponto de forte desacordo para Anscombe e suas colegas (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 186-7).

Richard Hare foi um dos herdeiros imediatos das ideias de Ayer. Ao aceitar a cisão entre descrições de fatos e de valores em sua teoria, ele não defendeu um conjunto de princípios éticos objetivos. A ética seguiu sendo tratada por ele como algo distante dos fatos, sendo assim uma ética subjetivista (Lipscomb, 2022, pp. 94-5). Esse passou a ser considerado o paradigma da ética de Oxford, ética que seria duramente criticada por Anscombe (1957a).

Foot, Murdoch, Midgley e Anscombe conversavam frequentemente sobre o que elas consideravam problemático na filosofia de Oxford, especialmente os pontos relacionados à proposta de que não há objetividade moral que permita verificar se uma asserção ética é verdadeira ou falsa (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 185-6). O debate entre as filósofas visava não apenas criticar a posição vigente, mas também encontrar uma maneira de resgatar as verdades morais, reaproximando a moral das questões relevantes da vida. Não é por acaso que esse problema lhes era caro. No pós-guerra, parecia-lhes que deveria ser possível para a filosofia discutir os horrores da guerra e afirmar que tinham sido *moralmente erradas* as barbaridades perpetradas pelos nazistas (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 186). Afinal, era estranho que a ética deixasse essas questões à mercê do subjetivismo. Para avançar na discussão, contudo, Cumhaill e Wiseman ressaltam que era preciso tratar da metafísica que fundamenta a ética para reaproximar valor de fato (2022, p. 187).

A descrição *rude* foi por isso muito discutida pelo quarteto. *Rude* é uma descrição que pode ser apoiada por evidências, por exemplo, “ele é uma pessoa rude, pois muitas vezes o vi deliberadamente não responder quando lhe desejam um bom dia”. As ações da pessoa dão evidência de sua rudeza, contudo, atribuir o adjetivo rude a alguém é também uma avaliação negativa, já que consideramos que agir de maneira rude é reprovável (Lipscomb, 2022, p. 100). Portanto, é importante perceber que a própria aplicação do termo rude requer a compreensão dessa avaliação negativa e não faria sentido dizer que algumas pessoas usam o

termo rude para avaliar bem as ações. Mesmo em um caso em que podemos avaliar que ela agiu bem ao ser rude, por exemplo, com um assediador, estamos justamente dizendo que ela fez bem em ter uma reação proporcionalmente ruim em resposta a alguém que estava se comportando mal com ela. Portanto, mesmo que seja um termo avaliativo, a avaliação que rude encerra é apoiada em fatos, i.e., nas evidências. Anscombe (1958) depois publica um exemplo em que a pessoa deve dinheiro ao verdureiro, sendo *dever* um termo avaliativo.

Em conclusão, o uso da linguagem não segue uma regra específica que dá significado às palavras, porque a linguagem surge das práticas da vida, algo que não pode ser simplificado em um conjunto de regras (Lipscombe, 2022, p. 121). Nas complexas práticas da vida humana, Lipscomb enfatiza que não separamos o aspecto descritivo do aspecto avaliativo da rudeza e tampouco faz sentido tentar fazer essa separação nas palavras. É possível ver nessas ideias a influência das ideias que Wittgenstein apresenta nas *Investigações Filosóficas*.

Obras

O livro *Intenção* tem sido considerado a obra central de Anscombe. Como dito acima, a filósofa escreveu sobre diversos temas da filosofia. No entanto, como não é possível abordar todos eles, manterei o foco em *Intenção* e nos textos que ajudam a compreendê-lo.

1. A filosofia moral de Oxford corrompe a juventude?

O estado da ética contemporânea foi o tema do programa de rádio da BCC no qual Anscombe, em 1957, respondeu se a filosofia moral da Universidade de Oxford corrompe a juventude [‘Does Oxford moral philosophy corrupt the youth?’]. A conclusão foi negativa, mas apenas porque Anscombe julgava que a filosofia de Oxford estava de acordo com as ideias morais do país (Wiseman, 2016, p. 32; Lipscomb, 2022, p. 159). Subentende-se que estava tão de acordo, que não poderia corromper a juventude para além do que as ideias morais da cultura vigente já corrompiam.

Um ano antes, a Universidade de Oxford havia decidido conceder um título honorífico a Harry Truman, que foi presidente dos EUA durante o final da Segunda Guerra e foi responsável por assinar a ordem de lançar bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Anscombe foi veementemente contra a homenagem, ao contrário da grande maioria de seus colegas, que parecia aceitar bem a proposta (Lipscomb, 2022, pp. 56-7). Homenagear alguém que ela considerava um assassino era um exemplo das ideias morais da sociedade às quais Anscombe havia se referido na BBC (Cumhaill e Wiseman, 2022, p. 4). Sobre a homenagem,

ela escreveu um manifesto, *Mr. Truman's Degree* [*O diploma do Senhor Truman*] (1956), argumentando que não se deve conceder honras a um homem afamado por dois massacres, tampouco elogiar tais ações por meio de honrarias. Os desdobramentos de suas reflexões filosóficas sobre o tema apareceriam ainda em renomados trabalhos seus como *Intenção* (1957b) e *Filosofia Moral Moderna* (1958), que Lipscomb lembra que é um dos artigos mais citados do século XX.

Para dizer no programa da BBC que Oxford estava corrompendo a juventude, seria preciso mostrar que os jovens teriam tido ideias melhores sem a Universidade de Oxford por meio da formação na sociedade e na família. Mas, de modo geral, aquilo que era defendido pela filosofia moral em Oxford era similar às ideias da sociedade; portanto, Oxford não podia estar corrompendo a juventude (Anscombe, 1957a). Anscombe era bastante afeita à ironia e ao sarcasmo, inclusive em seus textos, mas a fala era uma crítica à ética de Oxford.

2. Filosofia Moral Moderna

Em *Filosofia Moral Moderna* (1958), Anscombe chega à conclusão de que era necessário investigar as intenções para que fosse possível avançar na ética. A ética, no tempo em que a filósofa escreveu, tinha duas posições fortes, a deontologia e o que Anscombe chamou de consequencialismo, cunhando o famoso termo (Wiseman, 2016, pp. 32-3). No artigo, ela rejeita as duas posições.

A *doutrina do duplo efeito* (ou do efeito colateral) é fundamental para entender a rejeição do consequencialismo e a parte da motivação para escrever *Intenção*. Wiseman (2016, pp. 18 e 39) explica que essa é uma doutrina católica, associada a Tomás de Aquino, que diz que se um evento proibido advém de maneira previsível, mas não intencional, de uma ação, isso não torna a ação proibida. Já se a consequência proibida é intencional, então a ação é proibida. O exemplo de Anscombe (1982) é um caso imaginário em que uma pessoa está presa entre rochas, bloqueando a saída de uma caverna que está inundando, e há outras pessoas dentro da caverna que morrerão afogadas junto com a pessoa que está bloqueando a saída. Para a filósofa, está claro que não é permitido explodir tal pessoa com dinamite para liberar a saída, matando-a intencionalmente, mesmo que isso salve as demais. Isso constituiria assassinato. Contudo, no exemplo, é possível criar outra saída; basta mover certa pedra em outro lugar da caverna. Dada a posição da pedra, é previsível que, ao ser deslocada, ela cairá e esmagará a cabeça da pessoa presa entre as rochas, matando-a. Nesse caso, entretanto, Anscombe (1982) aceita que não há intenção de matá-la, seria um infortúnio, por isso, a ação

é permitida, mesmo que a morte seja previsível. Porém, as circunstâncias são relevantes para quais descrições da ação o agente deve aceitar (Anscombe, 1982). De algumas consequências da ação, não se pode dizer que não foram intencionais, por exemplo, se, ao mover a pedra, ela imediatamente esmagará a cabeça da pessoa presa, não se pode dizer que a consequência é apenas previsível.

Isso mostra por que Anscombe considerava a ação de Truman tão grave. Com o bombardeio, Truman tinha a intenção de matar milhares de pessoas, o que, supõe-se, ele esperava que levaria à rendição *incondicional* do Japão. Para Anscombe, como vimos, isso constitui assassinato. Caso ele tivesse optado por ordenar uma invasão ao Japão para forçar sua rendição, era previsível que muita gente morresse, talvez também milhares (Anscombe, 1956), mas isso seria uma consequência desafortunada, não a sua intenção.

Havia, portanto, um problema de filosofia da psicologia para Anscombe, pois, Schwenkler (2019) ressalta que como a filosofia moral do tempo não fazia distinção entre consequências previstas e consequências intencionais, então tratava todas as consequências como intencionalmente provocadas. Sendo assim, a distinção entre esses tipos de consequências não podia contribuir para a avaliação moral da ação e restava apenas olhar para qual consequência era menos danosa. Porém, para a filósofa, quando certa consequência vai se seguir de uma ação que realizamos, faz diferença saber se tal consequência é intencionalmente provocada (Schwenkler, 2019, XIX). Era necessária uma investigação da intenção.

Contudo, como vimos, a própria avaliação moral de ações era problemática por causa da cisão entre fatos e valores, tema que preocupava Anscombe e suas amigas filósofas. A questão sobre como as avaliações podem ser factuais e não meramente subjetivas aparece também em *Filosofia Moral Moderna*. Anscombe defende que há um pano de fundo complexo de práticas da vida humana que fazem com que, dado certo contexto, afirmações sobre valores sejam verdadeiras (Wiseman, 2016, p. 42). O exemplo é o caso em que o verdureiro entrega batatas na casa dela e ela, então, deve dinheiro ao verdureiro. Dever dinheiro é uma avaliação (ela deve pagar) e, se ela não pagar, pode até ser chamada de *trapaceira* (Anscombe, 1958, p. 4). Novamente uma avaliação (trapacear é uma injustiça). Para Anscombe, chega-se à conclusão “*devo dinheiro*” por meio de uma série de fatos que são próprios do contexto institucional (práticas da vida humana), ao menos na sociedade em que ela escreveu. Para perceber isso, é preciso considerar mais do que uma única afirmação atômica. É preciso aceitar alguns fatos, por exemplo, que ela encomendou batatas e que o verdureiro as entregou, mas, além disso, é preciso considerar o contexto de práticas da vida

humana que permitem a uma pessoa encomendar batatas e, se ela as recebe, dizemos que é verdadeiro que ela deve dinheiro ao verdureiro (Wiseman, 2016, pp. 42-3) e que seria uma *trapaceira* se não pagasse.

3. *Intenção*

Embora não trate de questões da ética, *Intenção* (1957b) é um livro cuja preocupação é a ética em grande medida. Vimos que Anscombe conclui que ainda não era frutífero discutir ética, porque era necessário antes esclarecer questões sobre a filosofia da psicologia para que se pudesse avançar adequadamente numa investigação ética. Por isso, em *Intenção* ela se dedica à investigação da filosofia da psicologia, tentando elucidar o conceito de intenção. Seu objetivo então é dar os fundamentos que permitam a discussão adequada da ética, e isso ela logrou. Anscombe deitou os trilhos para o ressurgimento da Ética das Virtudes no século XX.

Colocando de forma simplificada, um dos objetivos do livro é elucidar a distinção entre uma consequência de ação prevista e uma consequência intencional. Para esclarecer a intenção para o futuro, esclarecendo assim a distinção enfatizada pelo duplo efeito, a filósofa precisa se engajar em uma empreitada anti-Cartesiana, mostrando que uma intenção não é um estado mental que pode ser determinado pela vontade do agente (Wiseman, 2016, p. 47). Segundo Wiseman (2016, p. 47) Anscombe questiona que o valor moral da ação esteja num estado mental que a antecede e propõe olhar para a ação intencional. Afinal, ações têm diferentes descrições, algumas delas são carregadas de valor moral devido ao pano de fundo contextual de instituições, sociedade, cultura e história, ou seja, as práticas da vida humana que lhe conferem tal descrição e já lhe atribuem uma avaliação.

Assim, Wiseman divide os três tópicos do livro em três objetivos. O primeiro objetivo do livro trata da doutrina do duplo efeito, que mostra a influência tomista no trabalho de Anscombe, e distingue consequência intencional de previsível. Já o segundo objetivo trata de investigar a intenção com a qual o agente age, que não é um estado mental ou a vontade. Por fim, o terceiro objetivo é oferecer uma explicação de ação intencional que permita tratá-la como virtuosa ou viciosa (Wiseman, 2016, p. 27). No último, percebe-se a influência aristotélica em Anscombe, central para a retomada da ética das virtudes.

4. O método

O método do livro situa a filósofa em seu tempo, após a virada linguística. Anscombe, contudo, não adotou a filosofia da linguagem de Austin, muito pelo contrário, ela criticava duramente a ideia de basear a análise de conceitos no uso da linguagem (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 168-9). A filósofa visa desvelar pressuposições escondidas sobre intenções (Wiseman, 2016, p. 56) e a gramática wittgensteiniana é sua influência metodológica (Diamond 2019, pp. 225-6), embora seja importante deixar claro que Anscombe desenvolveu seu próprio método, mostrando que conceitos intencionais, como intenção (ou percepção) esboçam, ou delineiam, padrões e habilidade que constituem a vida humana (Wiseman, 2022, p. 189). Assim, ela aprimorou e desenvolveu sua investigação gramática para mostrar que a linguagem é aplicada nas práticas da vida humana, vivida em um ambiente moral. Que a vida humana se passa em tal ambiente é também enfatizado pelas filósofas de Oxford de seu tempo, suas amigas Philippa Foot, Iris Murdoch e Mary Midgley.

Um ponto para o qual Wiseman (2016) chama a atenção é que muitas vezes a chave de leitura sugerida por comentadores do livro não ajuda na sua compreensão. Por exemplo, se o projeto que se pensa que Anscombe visa realizar com o livro for mostrar *a conexão* (causal) entre os três tópicos acima listados, o livro parece oferecer rascunhos incompletos (Wiseman, 2016, p. 56). Porém, não é isso o que a filósofa pretende; os seus objetivos são aqueles listados no final da subseção anterior. Se interpretamos o livro como visando mostrar a tal conexão entre os tópicos, isso faz parecer que Anscombe faz afirmações que precisam ser apoiadas por argumentos que ela nunca oferece. Um exemplo de uma afirmação desse tipo, segundo Wiseman (2016, p. 69), é que ações podem ter diversas descrições, algumas delas intencionais e outras não. Wiseman defende que, na verdade, essa afirmação é a descrição de um requisito que uma explicação de ações precisaria satisfazer, pois esse é um fato básico sobre identidade e sobre ações, e se uma explicação de ação não puder dar conta disso, precisa ser repensada. É uma afirmação sobre algo tão básico que ninguém o negaria, por isso, um argumento não acompanha essas afirmações.

Por outro lado, Davidson oferece uma teoria da identidade de eventos. Wiseman (2016, p. 67) especula que essa pode ser uma razão pela qual comumente se supõe que a teoria de Anscombe pode ser subordinada à de Davidson. Aliás, é comum que a ideia de que eventos têm diferentes descrições seja chamada de Davidson-Anscombe. Wiseman sugere que é possível que alguns leitores pensem que Anscombe teria apresentado apenas um rascunho da ideia e que Davidson (2001), então, a desenvolveu como teoria, mas esse não era o caminho que Anscombe estava seguindo, nem o que ela almejava seguir. Ela estava apenas constatando algo elementar; que ações têm diferentes descrições. Equívocos similares na aproximação

entre Anscombe e Davidson são apontados também por Jennifer Hornsby (2011) e Naomi Kloosterboer (2022).

5. Outras questões filosóficas

Anscombe desenvolveu ideias sobre temas diversos da filosofia, como a causação (de ações) ([1983]2005c), verdades práticas (1999), avaliação de ações (2005h), teorias da ação ([1979]2005a), dentre outros ao longo de sua carreira. Para além das ações intencionais, Anscombe discutiu diversos assuntos conectados à filosofia da mente, como a percepção ([1965]2002), um dos tópicos que lhe causou perplexidade desde jovem. Mas ela não se restringiu à mente e à metafísica, é famoso também o seu artigo sobre a primeira pessoa, *The First Person* [A Primeira Pessoa] (1981), em que ela apresenta uma proposta distinta do que habitualmente se encontra na discussão sobre a questão. A filósofa defende que o pronome *eu* não é uma expressão de referência. Anscombe não acreditava que o uso do pronome pessoal *eu* fizesse referência, por exemplo, ao seu corpo, pois o demonstrativo não teria ao que se ancorar para referir o corpo (Anscombe, 1981, p. 34; Teichmann, 2008, p. 162; Wiland e Driver, 2022). Como não é possível tratar de todas as temáticas filosóficas discutidas pela filósofa, um breve panorama do seu tratamento sobre aborto, eutanásia e a dignidade humana mostrará parte dos seus variados interesses filosóficos.

A dignidade humana é um tema conectado a algumas das suas preocupações morais. Ao discuti-lo, a filósofa defende uma série de posições controversas e embora eu discorde de muitas não há espaço aqui para argumentar. Anscombe (2005g) explica que há algo que todos os seres humanos compartilham, que é a dignidade humana. Essa dignidade não pode ser tomada de um ser humano, embora possa ser violada. Matar alguém em vista de um benefício para si é violar a dignidade humana. Contudo, Anscombe não considera que matar por vingança constitua uma violação da mesma natureza em casos em que vingar-se envolve a consideração de que o outro merece a morte devido a uma ação prévia. Essa ideia fundamenta a sua aceitação da pena capital, pois, nesse caso, acredita-se que a pessoa merece a morte como punição por ter elegido agir de certa maneira, de livre vontade.

Já a eutanásia, o aborto e experimentos com embriões violam a dignidade humana, segundo Anscombe (2005g). A simples interferência na procriação humana, por meio de contraceptivos e da fertilização *in vitro* já são considerados pela filósofa abusos, pois a procriação seria intrínseca para a criação de nova vida humana. Além disso, a procriação por meio do sexo seria o meio para a reprodução que pertence à vida humana tal como vida

humana. Ela chega a definir a paternidade como procriação — definição que muitas pessoas certamente consideram restritiva em excesso — e, portanto, na fertilização *in vitro* não haveria um procriador, apenas um manipulador.

Numa linha de raciocínio conectada à de suas ideias sobre a dignidade humana, a filósofa faz notar sua posição contrária ao aborto em algumas de suas palestras e textos. Resumindo uma de suas ideias, a proibição é o caso porque os cromossomos e genes do zigoto já determinam materialmente o ser humano que ele vai se tornar. Além disso, o zigoto tem uma alma, que é o princípio da sua unidade, e é ela que governa o seu desenvolvimento, de modo que a unidade permanece (Anscombe 1992, p. 300). O interesse da filósofa pela natureza humana e pela alma datam desde seu esboço do projeto de pesquisa na pós-graduação (Cumhaill e Wiseman, 2022, pp. 131-2). Ela conclui que a alma intelectual é a *forma* dos seres humanos (Anscombe, [1985]2005d). Como os seres humanos são individualizados pela sua espacialidade e extensão, assim como os animais, isso permite que haja diferentes indivíduos com a mesma *forma* (2005d). Sendo assim, mesmo o caso de gêmeos não causa embaraço para o seu argumento, já que ela pensa que o zigoto que se separa em dois para virar dois aglomerados de células, no caso dos gêmeos, é o mesmo que as células nas quais se separa, mas apenas materialmente, pois trata-se de dois portadores de vida que começaram com o zigoto (Anscombe [1985]2005e).

A percepção do que é a vida humana nos leva a tratá-la com respeito, o que, segundo Anscombe, é feito numa luta até a morte ou na pena capital, pois essas são responsabilizações por ações prévias da pessoa assassinada. Anscombe (2005b) admite também matar numa guerra, porque esses são casos em que a justiça é feita por algum mal feito anteriormente pela pessoa assassinada. Assim, nem todo assassinato é proibido e nem toda omissão que leva à morte é errada.

A mesma ausência de proibição, contudo, não é aceita pela filósofa no caso da eutanásia ([1982]2005b). Uma posição controversa, sem dúvida. Matar uma pessoa inocente apenas porque parece boa ideia é proibido, porque uma pessoa assassinada sofre um grande mal. É um direito das pessoas não serem assassinadas e para Anscombe esse é um direito mais básico do que o direito à vida. De acordo com ela, pessoas de idade avançada ou muito jovens devem ser consideradas pessoas (2005b). Ela se opõe a como alguns filósofos tratam o conceito de pessoa, associado a algumas capacidades que, quando perdidas, perde-se a pessoa. Para ela, todo ser humano é uma pessoa. Um ser humano é uma pessoa mesmo quando não tem certas capacidades, pois é uma pessoa por ser um tipo de criatura caracterizada pela

racionalidade, o que garante a sua dignidade. Matar uma pessoa inocente, mesmo que seja pela vontade dessa pessoa, como na eutanásia, é, para a filósofa, fazer-lhe mal.

Anscombe é cada vez mais reconhecida como uma grande filósofa. Impressionantemente inteligente e sagaz, ela se posicionava de maneira extremamente honesta sobre questões importantes de seu tempo, conectando filosofia com a vida cotidiana. Fica claro também que ela sustentou posições controversas, que muitas de nós consideramos questionáveis, sobre, por exemplo, a eutanásia e o aborto. O mais importante, contudo, é que seu legado nos encoraja a pensar sobre as questões filosóficas que a motivaram.

Referências Bibliográficas

Bibliografia primária

Anscombe, G. E. M. (1956). *Mr. Truman's Degree*. [Panfleto].

Anscombe, E. G. M. (1957a). Does Oxford moral philosophy corrupt youth? [Fala proferida no *BBC Third Programme* e subsequentemente impressa no *The Listener*, Vol. 57, n. 1455, (14 February 1957), pp. 266–271.

Anscombe, E. G. M. (1957b). *Intention*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Anscombe, G. E. M. (1958). Modern moral philosophy. *Philosophy*, 33 (124), pp. 1–19. <https://doi.org/10.1017/s0031819100037943>

Anscombe, G. E. M. (1959). *An Introduction to Wittgenstein's Tractatus*. London: Hutchinson.

Anscombe, E. G. M. ([1965]2002). The intentionality of sensation: a grammatical feature. In Noë, A. & Thompson, E. (Eds.), *Vision and mind: selected readings in the philosophy of perception*; (pp. 55–75). Cambridge, MA: MIT Press.

Anscombe, G. E. M. ([1975]1981). The first person. In *Metaphysics and the philosophy of mind: The collected philosophical papers of G. E. M. - Volume 2. Anscombe*; (pp. 21-37). Oxford: Basil Blackwell.

Anscombe, G. E. M. (1982). Medalist's address: Action, intention and "double effect." *Proceedings of the American Catholic Philosophical Association*, 56, pp. 12–25.

Anscombe, G. E. M. (1992). Embryos and final causes. In Follon, J. & McEvoy, J. (Eds.), *Finalité et intentionnalité. Doctrine thomiste et perspectives modernes*; (pp. 293-303). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin & Leuven, Éditions Peeters.

Anscombe, G. E. M. (1999). Practical truth. *Logos: A Journal of Catholic Thought and Culture*, 2 (3), pp. 68–75. <https://doi.org/10.1353/log.1999.0004>

Anscombe, G. E. M. ([1979]2005a). Chisholm on action. In Geach, M. & Gormally, L. (Eds.), *Human life, action and ethics: essays by G.E.M. Anscombe. St Andrew studies in philosophy and public affairs*; (pp. 77-87). Exeter: Imprint Academic.

Anscombe, G. E. M. ([1982a]2005b). Murder and the morality of euthanasia. In Geach, M. & Gormally, L. (Eds.), *Human life, action and ethics: essays by G.E.M. Anscombe. St Andrew studies in philosophy and public affairs*; (pp. 261-277). Exeter: Imprint Academic.

Anscombe, G. E. M. ([1983]2005c). The causation of action. In Geach, M. & Gormally, L. (Eds.), *Human life, action and ethics: essays by G.E.M. Anscombe. St Andrew studies in philosophy and public affairs*; (pp. 89-108). Exeter: Imprint Academic.

Anscombe, G. E. M. ([1985a]2005d). Has mankind one soul —an angel distributed through many bodies? In Geach, M. & Gormally, L. (Eds.), *Human life, action and ethics: essays by G.E.M. Anscombe. St Andrew studies in philosophy and public affairs*; (pp. 17-26). Exeter: Imprint Academic.

Anscombe, G. E. M. ([1985b]2005e). Were you a zygote? In Geach, M. & Gormally, L. (Eds.), *Human life, action and ethics: essays by G.E.M. Anscombe. St Andrew studies in philosophy and public affairs*; (pp. 39-44). Exeter: Imprint Academic.

Anscombe, G. E. M. (2005g). The dignity of the human being. In Geach, M. & Gormally, L. (Eds.), *Human life, action and ethics: essays by G.E.M. Anscombe. St Andrew studies in philosophy and public affairs*; (pp. 67-73). Exeter: Imprint Academic.

Anscombe, G. E. M. (2005h). Good and bad human action. In Geach, M. & Gormally, L. (Eds.), *Human life, action and ethics: essays by G.E.M. Anscombe. St Andrew studies in philosophy and public affairs*; (pp. 195-206). Exeter: Imprint Academic.

Traduções disponíveis

Anscombe, G. E. M. (2023). *Intenção*. Tradução de Anderson Luis Nakano. São Paulo: Scientiae Studia. (Original publicado em 1957)

Bibliografia secundária

Austin, J. L. (1962). *How to do things with words: the William James lectures, delivered at Harvard Univ. in 1955*. Oxford: Clarendon Press.

Ayer, A. J. ([1936]1972). *Language, truth and logic*. Harmondsworth: Penguin Books.

Cumhaill, C. M., & Wiseman, R. (2022). *Metaphysical animals: how four women brought philosophy back to life*. New York: Doubleday.

Davidson, D. (2001). Agency. In *Essays on actions and events*; (pp. 43–62). New York: Clarendon Press.

Diamond, C. (2019). *Reading Wittgenstein with Anscombe, going on to ethics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Hornsby, J. (2011). Actions in their circumstances. In Ford, A., Hornsby, J., Stoutland, F. (Eds.), *Essays on Anscombe's Intention*; (pp. 105–127). Cambridge, Mass: Harvard University Press.

Kloosterboer, N. (2022). Anscombe's approach to rational capacities. In Peijnenburg, J., Verhaegh, S. (Eds.), *Women in the history of philosophy and sciences: selected papers of the Tilburg – Groningen Conference, 2019 Volume 15*; (pp. 194–217). Switzerland: Springer.

Lipscomb, B. J. (2022). *The women are up to something : how Elizabeth Anscombe, Philippa Foot, Mary Midgley, and Iris Murdoch revolutionized ethics*. New York, NY: Oxford University Press.

Schwenkler, J. (2019). *Anscombe's Intention: a guide*. Oxford: Oxford University Press.

Teichmann, R. (2008). *The philosophy of Elizabeth Anscombe*. Oxford: Oxford University Press.

Wiland, E., Driver, J. (2022). Gertrude Elizabeth Margaret Anscombe. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/anscombe/>

Wiseman, R. (2016). *Routledge philosophy guidebook to Anscombe's Intention*. London: Routledge.

Wiseman, R. (2022). What do i really do? what do i really see? In Haddock, A., Wiseman, R. (Eds.), *The anscombean mind*; (pp. 187–200). London: Routledge.

Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical Investigations*. Tradução de G. E. M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell.